SINDIB-RJ GANHA, MAIS UMA VEZ, AÇÃO CONTRA A ESTÁCIO DE SÁ.

O SINDIBRJ – Sindicato dos Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro ganha ação coletiva contra a Universidade Estácio de Sá – UNESA – referente a diferenças de piso salarial para bibliotecários (as) que trabalharam e trabalharam na instituição.

O SINDIBRJ recebeu em 2016 uma denúncia de que a Estácio de Sá não estava pagando o piso salarial para os bibliotecários (as). Imediatamente a Diretoria do Sindicato acionou o departamento jurídico que entrou com ação coletiva na Justiça do Trabalho pedindo o cumprimento da lei do piso, inclusive, para os bibliotecários (as) que foram demitidos pela Universidade Estácio de Sá.

No último dia 22 de novembro, os Desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, proferiram acórdão favorável aos pedidos do Sindicato para os bibliotecários (as), confirmando a sentença que também havia julgado os pedidos procedentes.

Na sentença a UNESA foi condenada a pagar aos bibliotecários (as) que ainda estão trabalhando na instituição os pisos salariais de 2014, 2015 e 2016, bem como ao pagamento das diferenças salariais e seus reflexos nos 13º salários, nas férias acrescidas de 1/3 constitucional e no FGTS, retroativo. Tudo foi confirmado pelos desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho – TRT1.

Os desembargadores também confirmaram a sentença que condenou a Estácio de Sá a pagar para os bibliotecários (as) que foram demitidos até 12/07/2014, os pisos salariais estabelecidos nas Leis 6.702/2014, 6.983/2015 e 7.267/2016, as diferenças salariais e seus reflexos nas seguintes verbas, inclusive rescisórias (devendo ser observado o tipo de rescisão do contrato): saldo de salário, aviso prévio, 13º salários proporcionais, férias proporcionais acrescidas de 1 /3 constitucional, FGTS e indenização compensatória correspondente a 40%.

Na ação coletiva o Sindicato pediu e a Juíza concedeu medida liminar para determinar que a Estácio de Sá pague, imediatamente, o piso salarial dos Bibliotecários (as) previstos nas Leis nº 6.702/2014, 6.983/2015 e 7.267/2016. Caso a universidade não cumpra a decisão imediatamente, pagará uma multa no valor fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cada empregado encontrado em situação irregular, ou seja, que não esteja recebendo os pisos.

Os desembargadores, ao contrário da juíza, condenaram a Estácio de Sá a pagar para uma instituição de assistência social o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A Diretoria do Sindicato parabeniza o departamento jurídico do Sindicato por todo o trabalho realizado, especialmente nesse caso, que já está tramitando há mais de 7 anos.